



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS  
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

**FÁBIO SOUZA DE ALMEIDA**

**DEMONSTRAÇÕES DE RETROCESSO PERANTE A INTEGRAÇÃO DE  
IMIGRANTES NEGROS NO BRASIL**

**BRASÍLIA  
2023**

**FÁBIO SOUZA DE ALMEIDA**

**DEMONSTRAÇÕES DE RETROCESSO PERANTE A INTEGRAÇÃO DE  
IMIGRANTES NEGROS NO BRASIL**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Luciano da Rosa Munoz

**BRASÍLIA**  
**2023**

**FÁBIO SOUZA DE ALMEIDA**

**DEMONSTRAÇÕES DE RETROCESSO PERANTE A INTEGRAÇÃO DE  
IMIGRANTES NEGROS NO BRASIL**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Luciano da Rosa Munoz

**BRASÍLIA, DIA MÊS 2023**

**BANCA AVALIADORA**

\_\_\_\_\_  
**Orientador(a)** **Professor(a)**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador(a)** **Professor(a)**

## DEMONSTRAÇÕES DE RETROCESSO PERANTE A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES NEGROS NO BRASIL

Fábio Souza de Almeida

### RESUMO

Este artigo busca analisar o processo de integração de imigrantes negros no Brasil, com foco especial na experiência dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro. Inicia-se com um referencial teórico que aborda questões de raça, etnia, racismo, racismo estrutural, divisão racial do trabalho, colonialidade, política mundial e direitos humanos, para posteriormente contextualizar a pesquisa em um quadro de migração global e discussões de direitos. O contexto histórico do Haiti, marcado por sua luta pela independência, instabilidade política e econômica, e a intervenção do Brasil no país, estabelecem uma base para entender as dificuldades enfrentadas pelos haitianos no Brasil. A presença histórica de imigrantes europeus e a preferência das elites brasileiras por eles criaram redes de integração mais seguras para alguns grupos, enquanto os imigrantes não europeus e/ou especialmente negros, enfrentaram preconceito e discriminação devido a um sistema racista enraizado no país. A análise do processo de integração evidencia que imigrantes haitianos frequentemente enfrentam trabalhos mal remunerados e condições laborais precárias, resultando em impactos negativos na saúde física e mental dos imigrantes. A análise enfatiza a necessidade de promover a inclusão e a igualdade de direitos para todos os imigrantes no Brasil, independentemente de sua origem, cor ou etnia.

**Palavras-chave:** migração; racismo; Haiti; Brasil; mercado de trabalho.

**Sumário:** 1 - Introdução. 2 - Referencial teórico. 3 - Contextualização. 4 - Análise do processo de integração. 5 - Considerações finais. Referências.

### 1 - INTRODUÇÃO

O tema das demonstrações de retrocesso perante a integração de imigrantes negros no Brasil é uma questão complexa e crucial, que exige uma análise aprofundada das dinâmicas sociais e raciais no país. Este estudo busca investigar em que medida os imigrantes haitianos no Brasil identificam tratamentos racistas e xenofóbicos por parte da população e do governo anfitriões como fonte de sua condição de vulnerabilidade. Com cerne na vivência dos haitianos no mercado de trabalho no Brasil, a pesquisa abordou uma série de desafios e dinâmicas que afetam essa população.

O Brasil tem uma história marcada pela colonização e escravidão, que moldou significativamente as relações raciais e étnicas no país. A influência da raça nas políticas e práticas sociais e políticas é evidente, e isso tem implicações diretas na integração de imigrantes

negros, como os haitianos, que buscam oportunidades em solo brasileiro.

Neste contexto, este estudo contextualiza o tema, examinando a história do Haiti como a primeira colônia nas Américas a conquistar a independência, bem como a presença do Brasil na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Além disso, considera as críticas à participação brasileira no Haiti, especialmente relacionadas a acusações de violações dos direitos humanos. O terremoto de 2010 e a onda de solidariedade internacional são discutidos em relação à sua influência na diáspora haitiana e nas dificuldades enfrentadas pelos haitianos que buscaram refúgio no Brasil.

Em seguida, a pesquisa analisa o processo de integração de imigrantes no Brasil, particularmente, os imigrantes haitianos. Esse processo complexo é afetado por questões como origem dos imigrantes, percepção racial e situação no mercado de trabalho. A análise destaca as vulnerabilidades enfrentadas pelos imigrantes, incluindo questões relacionadas à barreira do idioma, preconceito e discriminação, bem como as formas de racismo estrutural que afetam sua integração.

O marco teórico deste estudo baseia-se nas teorias de Relações Internacionais, particularmente aquelas que abordam questões de raça e racismo na fundação da ordem mundial moderna. Autores como Munanga, Quijano e Acharya fornecem uma base sólida para entender as complexas relações entre raça, colonialismo e poder global.

A metodologia desta pesquisa envolverá análise de documentos, revisão da literatura e entrevistas com imigrantes haitianos no Brasil, a fim de compreender suas experiências pessoais e percepções em relação ao tratamento racial e à xenofobia.

Esta pesquisa é de extrema relevância científico-acadêmica, social e política, pois contribuirá para uma compreensão mais profunda das questões raciais e étnicas no Brasil, bem como fornecerá inspirações para políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos imigrantes negros. Além disso, ao destacar as ligações entre o racismo e o sistema internacional, esta pesquisa tem implicações significativas para as Relações Internacionais, instigando discussões sobre como a luta contra o racismo pode ser incorporada nas estratégias de política externa do Brasil e de outros países.

## **2 - REFERENCIAL TEÓRICO**

Tendo em vista buscar mais conhecimento e respostas para o tema abordado, foi necessário investigar as teorias de Relações Internacionais, levando para o lado mais crítico, expondo as questões de raça e racismo na fundação da ordem mundial moderna.

Munanga (2003) traz uma abordagem essencial para essa discussão, com início em sua percepção de que a transferência dos conceitos de raças “puras” originados na Botânica e Zoologia foi realizada para validar as dinâmicas de poder entre estratos sociais distintos. Dessa forma, no século XVIII, a cor de pele ganhou destaque como um critério central e distintivo entre os grupos designados como raças, categorizando a humanidade em três grupos distintos que persistem no pensamento coletivo e na linguagem científica: a raça branca, negra e amarela. Porém, esse critério avaliado a partir do grau de concentração da melanina, pode ser considerado inefetivo, pois “apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos” (Munanga, 2003, p. 4). Ademais, as análises comparativas demonstraram, adicionalmente, que os conjuntos genéticos de dois indivíduos que são classificados dentro da mesma raça podem apresentar uma distância genética maior do que aqueles pertencentes a raças distintas e um marcador genético que é identificado como característico de uma determinada raça pode, embora com menor frequência, também ser identificado em outra raça.

Seguindo os raciocínios do autor, o campo da raciologia, que obteve considerável destaque no começo do século XX, na realidade, apesar da fachada científica, carregava um conteúdo mais ideológico do que genuinamente científico, uma vez que sua retórica era utilizada mais para justificar e validar estruturas de domínio racial do que para oferecer uma compreensão da diversidade humana. Assim, os princípios desta doutrina que se denominava científica, gradualmente começaram a transcender os círculos intelectuais e acadêmicos, infiltrando-se nas camadas sociais das populações ocidentais dominantes e, posteriormente, esses ideais foram cooptados por movimentos nacionalistas emergentes, como o nazismo, para legitimar as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Portanto, podemos concluir que o conceito contemporâneo de raça está longe de ter bases biológicas; trata-se, antes, de “um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (Munanga, 2003, p. 6).

Vale ressaltar que, de acordo com o antropólogo, as interpretações de negro, branco e mestiço variam significativamente entre os Estados Unidos, Inglaterra, Brasil, África do Sul, entre outros, evidenciando que o significado dessas palavras possui conotações étnico-semânticas e político-ideológicas, ao invés de serem estritamente biológicas. Por isso, ao discorrer sobre uma sociedade mais igualitária para ser introduzida na humanidade:

Uma sociedade que deseja maximizar as vantagens da diversidade genética de seus membros deve ser igualitária, isto é, oferecer aos diferentes indivíduos a possibilidade de escolher entre caminhos, meios e modos de vida diversos, de acordo com as disposições naturais de cada um. A igualdade supõe também o respeito do indivíduo naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade, pois fazendo isso, elas contribuem a enriquecer a diversidade cultural geral da humanidade. (Munanga, 2003, p. 7)

O racismo pode ser definido como “preconceito, discriminação ou antagonismo dirigido contra uma pessoa ou pessoas com base em sua pertença a um determinado grupo racial ou étnico, tipicamente minoritário ou marginalizado” (Lexico, *apud* Acharya, 2022, p. 25). Mas o racismo não é apenas “fanatismo ou preconceito”. Estende-se a “crenças, práticas e políticas institucionais que refletem e são apoiadas pelo poder institucional, principalmente o poder do Estado” (Henderson, 2013 *apud* Acharya, 2013). Isso se aplica tanto à área doméstica dos Estados quanto à internacional, e tanto a raça quanto o racismo são fenômenos “socialmente construídos”, embora isso não os torne menos “reais” (Acharya, 2022). A possível existência de racismo no mundo antigo, inclusive na Grécia e Roma antigas, pode ser debatido, mas a ideia científica e social plenamente desenvolvida de raça é, sem dúvida, um fenômeno moderno. Embora alguma forma de crença racista existisse anteriormente, não foi concretizada até que os pensadores europeus usassem a raça para justificar o comércio de escravos e o colonialismo, originando os conceitos modernos de raça e racismo (Acharya, 2022). Isso irradia até os dias atuais, passando por diversos pensadores e teorias, que mesmo algumas vezes inconscientemente, carregam o racismo dentro de suas visões e aplicações, causando tantos prejuízos, preconceitos e pensamentos retrógrados, projetando nos Estados e sociedades ao redor do mundo.

Ao tratar sobre racismo, Munanga (2003) reflete que o racista constrói a noção de raça em um sentido sociológico, na perspectiva do racista, a raça é entendida como um grupo social que abarca traços culturais, linguísticos, religiosos e assim por diante, os quais ele considera

inerentemente inferiores ao grupo ao qual ele próprio pertence. Por conseguinte, “o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (Munanga, 2003, p. 8). Em seguida, apesar da concepção de racismo baseada na vertente biológica começar a mudar a partir dos anos 1970, encontramos dificuldade na superação das construções imaginárias de raças que persistem em nossas percepções e pensamentos compartilhados. Pois, enquanto o racismo tradicional se fundamenta na concepção de raça, o racismo contemporâneo encontra sustento na noção de etnia, caracterizada como um agrupamento cultural, se tornando uma alternativa linguística mais aceitável em comparação à raça, visando aderir a uma linguagem politicamente correta. Assim, após o término das leis de apartheid na África do Sul, não se observa mais em nenhuma região do mundo um racismo institucionalizado e manifesto, implicando que países como os Estados Unidos, a África do Sul e nações da Europa Ocidental estão agora em uma situação comparável ao Brasil, onde se identifica um racismo presente na prática e de maneira implícita, muitas vezes tentando se mascarar de forma sutil na sociedade. Em virtude disso, no Brasil, a crença na democracia racial por muito tempo impediu a discussão aberta sobre políticas de "ação afirmativa" e “paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça(nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro<sup>1</sup>” (Munanga, 2003, p. 11).

Em continuidade com as considerações do autor, ao examinarmos a geografia do Brasil e sua realidade etnográfica, fica evidente que não há uma única cultura branca ou negra, mas sim uma diversidade de culturas distintas. A construção da identidade cultural ocorre quando indivíduos reconhecem as diferenças resultantes das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, entre outras. No Brasil, essa dinâmica leva a uma variedade de processos de identificação cultural, refletindo um notável pluralismo não apenas entre grupos de diferentes etnias, mas também entre negros, brancos e amarelos, todos considerados como agentes históricos e culturais, ao invés de serem reduzidos a categorias biológicas ou raciais. Contudo, a visão política e ideológica que posicionou os brancos como dominantes na estrutura

---

<sup>1</sup> Para esclarecer melhor o que seria esta implantação: “Já no fim do século passado e início deste século, o racismo não precisa mais do conceito de raça no sentido biológico para decretar a existência das diferenças insuperáveis entre grupos estereótipos. Além da essencialização somático-biológica, o estudo sobre o racismo hoje deve integrar outros tipos de essencialização, em especial a essencialização histórico-cultural” (Munanga, 2003, p. 11)

social, independentemente das suas diversas origens culturais e étnicas, têm, devido à influência do viés racista que erroneamente relaciona biologia com cultura ou raça com cultura, a tendência de tratar a população branca, mesmo com suas distintas raízes geográficas e culturais, como pertencente a uma única cultura ou etnia, levando a expressões inadequadas como "cultura branca" e "etnia branca". Seguindo uma lógica semelhante baseada na mesma visão política-ideológica, os negros foram coletivamente situados na base da hierarquia social, sendo tratados como um grupo homogêneo, desconsiderando suas diversas origens e culturas individuais (Munanga, 2003).

Em seguida, Quijano (2000), ao tratar sobre a colonialidade do poder, sugere que o conceito de raça tem suas raízes no período colonial, e embora o colonialismo em si possa ter perdido sua influência direta em muitas regiões, a estrutura racial que se originou durante esse período se mostrou mais duradoura e estável. Como resultado, o modelo de poder global predominante hoje em dia inclui um elemento de "colonialidade" em sua base, mesmo que o colonialismo formal tenha recuado em grande parte. Isso significa que as estruturas de poder atuais mantêm vestígios e continuidades das hierarquias raciais que foram estabelecidas durante os períodos coloniais.

Logo, a classificação racial da população e a associação precoce das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle do trabalho não remunerado e não assalariado contribuíram para consolidar entre os europeus a noção peculiar de que o trabalho remunerado era um privilégio dos brancos (Quijano, 2000). A ideia de inferioridade racial dos colonizados levava à crença de que eles não mereciam receber salários, sendo naturalmente destinados a trabalhar para gerar lucro para seus proprietários. É possível observar que essa mentalidade persiste até os dias de hoje em proprietários brancos em várias partes do mundo. Além disso, os salários mais baixos que as chamadas "raças inferiores" recebem nos centros capitalistas contemporâneos pelo mesmo trabalho realizado por pessoas brancas não podem ser explicados sem considerar a conexão com a classificação social racista da população mundial (Quijano, 2000). Em outras palavras, isso está intrinsecamente ligado à colonialidade do capitalismo global, onde o poder e as hierarquias raciais desempenham um papel significativo na determinação dos padrões salariais.

Ademais, ao tratar dos processos de independência na América Latina, Quijano (2000) mostra que, no início da independência, sobretudo nos países que eram territorialmente vastos por volta do século XIX, cerca de 90% da população total era formada por índios, negros e mestiços. No entanto, nesses países, foi negada a essas raças qualquer participação significativa nas decisões relacionadas à estrutura social e política durante o processo de construção dos novos Estados independentes, pois uma pequena minoria branca assumiu o controle. No caso do Brasil, os negros eram mantidos como escravos, e os índios da região amazônica foram considerados estrangeiros pelo novo Estado independente. Mas, surpreendentemente, “o Haiti foi um caso excepcional na medida em que produziu uma revolução nacional, social e racial – uma descolonização real e global do poder – no mesmo movimento histórico” (Quijano, 2000, p. 564), apesar de posteriormente ser reprimido e derrotado por repetidas intervenções militares dos Estados Unidos. A partir desse ponto, o grupo dominante em todas as outras colônias ibéricas conseguiu evitar efetivamente a descolonização social enquanto buscava alcançar a independência política.

Ainda sobre a formação dos Estados-nação e das relações coloniais na América trabalhadas pelo sociólogo, em certas sociedades ibero-americanas, a pequena minoria branca que controlava os Estados independentes e as sociedades coloniais, não compartilhavam consciência ou interesses nacionais comuns com os índios, negros e “mestiços”. Pelo contrário, seus interesses sociais eram explicitamente conflitantes com os dos índios subjugados e dos escravizados negros, uma vez que seus privilégios eram mantidos por meio do domínio e exploração desses grupos, resultando em uma falta de áreas de interesse nacional comum entre brancos e não-brancos. Do ponto de vista dos dominadores, seus interesses sociais se alinhavam muito mais com os interesses de seus pares europeus e, portanto, eles estavam inclinados a seguir as diretrizes da burguesia europeia, portanto, dependentes. Nesse contexto, é importante observar que o processo de independência das nações latino-americanas, sem uma descolonização efetiva da sociedade, “não poderia ter sido, e não foi, um processo rumo ao desenvolvimento de Estados-nação modernos, mas foi, em vez disso, uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais” (Quijano, 2000, p. 567). Podendo concluir então, que a estrutura de poder continuou a ser organizada em torno do paradigma colonial, e como resultado, do ponto de vista dos grupos dominantes, a construção da nação, especialmente do Estado central, foi concebida e implementada em oposição aos interesses dos

índios, negros e “mestiços”. Isto é, “a colonialidade do poder ainda exerce o seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno.” (Quijano, 2000, p. 568).

Mais adiante, elucida Acharya (2022), que conforme os Estados Unidos se tornaram a principal potência mundial e o centro de gravidade para as Relações Internacionais como campo de estudo após 1945, a raça foi (e continua a ser) varrida para debaixo do tapete, e o racismo é até mesmo legitimado pela corrente acadêmica e pelos discursos políticos sobre assuntos internacionais. Se torna necessário pensar que o desenho de uma ligação intrínseca entre colonialismo e racismo, por um lado, e entre descolonização, igualdade racial e direitos humanos, por outro, foi uma grande contribuição das nações pós-coloniais, uma ligação que estava faltando ou fora obscurecida na Carta da ONU e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), dois dos fundamentos mais importantes da ordem liberal internacional. O autor ainda afirma que este perigo não foi suficientemente reconhecido na literatura atual sobre raça em Relações Internacionais.

Como podemos observar, as questões das Relações Internacionais são carregadas e ou influenciadas pelo racismo, além de acobertar diversas situações, ao invés de realmente se atentar e procurar soluções para o tema. Enquanto algumas teorias de RI, especialmente o pós-colonialismo, têm estado na vanguarda do estudo de raça e racismo, outras, como realismo, liberalismo e construtivismo, precisam fazer muito mais, uma vez que continuam a dominar os cursos e salas de aula sobre política mundial. Assim, “é somente com uma compreensão mais profunda e de longo prazo das origens da ordem mundial moderna e do papel desempenhado nela pela raça e pelo racismo, que contribuições mais informadas podem ser feitas para o debate sobre a ordem mundial presente e futura” (Acharya, 2022, p. 42). Lake (2011) explica que mesmo com a existência de “seitas” acadêmicas baseadas em suposições incomensuráveis e apoiadas por evidências seletivas, não procuramos avaliar qual abordagem nos ajuda a entender melhor a política mundial (ou nos ajuda a entender melhor certa gama de fenômenos), no entanto, nos concentramos na superioridade inerente deste ou daquele conjunto de suposições, ao invés de procurar entender o mundo (nossa maior obrigação como acadêmicos), por isso fica a questão de produzirmos abordagens para fenômenos específicos e não se limitar a um único conjunto de suposições. Com isso, é importante que se imagine reorganizar a pesquisa e associações profissionais em torno de problemas, não de abordagens, imagine-se também um

seminário de campo de pós-graduação não organizado em torno de tradições de pesquisa, mas em tópicos como Mudanças Climáticas Globais, Crescimento e Desenvolvimento, Racismo, Desigualdade Econômica e Política, Genocídio, Violência Política, entre outros (Lake, 2011). Então, se torna essencial a busca por respostas fora do habitual, do "hegemônico" e buscar o progresso na compreensão dos problemas reais da política mundial, para podermos combater questões como o racismo e toda sua estruturação no sistema internacional.

O Brasil, ex colônia, muitas vezes age e pensa como um país ocidental, fortemente influenciado desde seu surgimento, em sua política externa e interna, e especialmente por ter sido o último país a abolir a escravidão. Esses fatos dizem muito sobre como são tratadas as questões raciais no país, apesar de diversos movimentos e comoções que fizeram algumas mudanças pertinentes no contexto, ainda há muito o que ser trabalhado, estudado e apontado em sua estrutura para que hajam mudanças que verdadeiramente deixarão essas questões para o passado. Contudo, é necessário também, esse processo em todos os países, pois o racismo ainda está enraizado na humanidade, nas teorias políticas que orientam os Estados e conseqüentemente suas ações. Acabar com as influências externas do problema é igualmente pertinente, para que assim não afetem ainda mais nas questões internas do Estado. Para concluir, Acharya (2022, p. 43) expõe cirurgicamente:

Os governos que desejam exportar a democracia como ferramenta de política externa devem promover ideias e abordagens anti-racistas tanto em casa quanto no exterior. A pesquisa sobre raça e racismo pode estimular discussões políticas e recomendações sobre quais novas normas e instituições podem ser necessárias para lidar com conflitos e a demanda por justiça e igualdade à medida que a ordem mundial muda e se adapta ao século XXI.

O entendimento das complexas dinâmicas de raça e racismo na fundação da ordem mundial moderna, conforme discutido anteriormente, lança luz sobre os desafios contemporâneos enfrentados por grupos étnicos minoritários em diferentes contextos globais. Neste contexto, é essencial explorar como essas questões se manifestam no Brasil, um país cuja história está intrinsecamente ligada à colonização, escravidão e às interações complexas entre as categorias raciais. Em particular, nossa análise se concentrará na experiência dos haitianos, um grupo étnico que migrou para o Brasil em busca de oportunidades, mas que também enfrentou desafios relacionados à discriminação racial e à integração em uma sociedade que lida com suas próprias contradições raciais e étnicas. Dito isso, seguimos para uma contextualização do Haiti,

abordando sua história e os obstáculos enfrentados, além de trazer os aspectos relacionados ao Brasil e seu papel no cenário abordado.

### **3 - CONTEXTUALIZAÇÃO**

Para dar início a esta seção, se torna necessário apresentar a formação do Haiti. Colônia mais produtiva das Américas no preâmbulo do século XIX, contudo, os nativos foram dizimados no processo de colonização e, por isso, possuía uma população com cerca de meio milhão de escravizados negros trabalhando nas plantações e engenhos. Eles estavam sob o domínio de aproximadamente trinta mil brancos, que incluíam proprietários e seus auxiliares. Além dos negros e brancos, havia também um grupo menor, composto por poucos milhares de mulatos, que já eram livres, mas enfrentavam extorsões e agressões por parte dos brancos escravocratas (Gorender, 2004). Esse cenário complexo reflete as dinâmicas sociais e raciais da época, além de ser perceptível, também de acordo com Gorender, que o regime escravista em São Domingos compartilhava muitas semelhanças com o sistema escravista brasileiro em vários aspectos.

O Haiti foi a primeira colônia nas Américas a conquistar a independência nacional, obtendo-a em 1804, tornando-se assim o primeiro Estado independente na América Latina e no Caribe. Sua revolução, liderada por Toussaint Louverture (filho de um chefe tribal africano transferido como escravo para São Domingos) e Jean-Jacques Dessalines, é considerada um marco importante na história da luta contra a escravidão e pelo autogoverno na região. No entanto, Matijascic (2010) revela que a independência proclamada não resultou em uma ruptura substancial com a estrutura social que existia na ex-colônia francesa do Haiti. O controle do poder permaneceu concentrado nas mãos da minoria mulata, que assegurava privilégios e representava os interesses dessa elite, enquanto a grande maioria da população haitiana, composta pelos ex-escravizados negros, continuava a desempenhar um papel crucial no sustento da nação. Ao longo dos anos, os conflitos sociais se agravaram devido à persistente dependência econômica do país. Embora a França tenha oficialmente reconhecido a emancipação política do Haiti em 1824, ela impôs a condição de que o Haiti pagasse uma indenização pela perda da colônia. Apesar dos esforços para expandir as parcerias comerciais, a elite haitiana enfrentava enormes desafios para cumprir com as demandas financeiras da França, tornando essa tarefa praticamente insustentável.

Por conseguinte, o Haiti enfrentou uma drástica transformação econômica após a sua independência, a independência veio com um alto custo humano e econômico, e a economia do país foi profundamente afetada. Uma das principais razões para essa mudança foi a destruição causada pelas guerras de independência e as subsequentes tensões políticas internas, que devastaram a infraestrutura agrícola e econômica do país. Além disso, enfrentou o isolamento internacional e bloqueios comerciais por parte das potências coloniais que não queriam que o exemplo do Haiti inspirasse outras revoltas de escravos em suas colônias. O Haiti, portanto, encontrou-se em uma posição desvantajosa no comércio internacional, o que contribuiu para sua situação econômica difícil e seu isolamento na economia mundial durante grande parte do século XIX e início do século XX. Ao mesmo tempo, a frequente instabilidade política interna no Haiti acabou por tornar o país suscetível a intervenções externas. As lideranças políticas haitianas, em várias ocasiões, solicitaram intervenções de nações estrangeiras com o propósito de conter levantes populares. Essa abordagem abriu espaço para a presença de potências como Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha (Matijascic, 2010).

Diante disso, Matijascic (2010) vai mostrar que alguns historiadores defendem que a trajetória política do Haiti pode ser resumida como uma alternância entre momentos de turbulência seguidos por períodos de concentração de poder. O primeiro desses períodos tumultuados ocorreu no final do século XIX e início do século XX, culminando na intervenção militar dos Estados Unidos entre 1915 e 1934 que, ao se retirarem do país, não apenas estabeleceram as famílias mulatas como a elite política dominante, mas também contribuíram para que essa mesma elite se consolidasse como uma força econômica vinculada à proteção dos interesses norte-americanos no Haiti. Em seguida, o país entrou em um segundo período de considerável instabilidade política, que se estendeu de 1934 a 1956. Similar a outros países da América Latina, o Haiti experimentou um regime de governo autoritário entre 1957 e 1986. Durante o século XX, a instabilidade política foi usada como justificativa para garantir que os interesses de uma minoria prevalecessem, muitas vezes através da ameaça de uso da força para reprimir revoltas populares. Por isso, esse período de dificuldades econômicas e intervenções teve impactos duradouros na história do país e influenciou muitos dos desafios que o Haiti enfrenta até os dias de hoje.

Dito isso, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, conhecida como MINUSTAH, foi uma operação de paz estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações

Unidas (CSNU) em 10 de setembro de 2004, por meio da resolução 1542. Seu propósito era restaurar a ordem no Haiti após um período de insurgência e a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide. Porém, o CSNU optou por encerrar a missão em 13 de abril de 2017, que culminou na retirada completa do contingente militar em 15 de outubro do mesmo ano. Contudo, Rodrigues e Migon (2017) vão pontuar que o Brasil desempenhou um papel significativo na crise haitiana, indo além do envio de forças militares e a liderança na MINUSTAH, alocou recursos para a reconstrução do Haiti e desempenhou um papel ativo na condução das eleições presidenciais e outras tarefas auxiliares, demonstrando a preocupação brasileira com a reorganização das instituições democráticas haitianas. Vale ressaltar que o Haiti testemunhou a maior contribuição de contingente brasileiro em missões de paz em toda a história, com 18.422 militares e 96 policiais, a MINUSTAH representou a maior participação do Brasil em operações de paz. Vinculando ainda, o protagonismo brasileiro no Haiti à ação da “Diplomacia Solidária” do Brasil, na qual o Brasil busca se envolver em missões de paz internacionais sem objetivos de ganho econômico direto. Em vez disso, seu foco é fortalecer a ONU e o sistema multilateral em termos morais e políticos. Isso significa que a participação do Brasil em missões de paz sob essa perspectiva visa principalmente a contribuir para o bem-estar global e a estabilidade internacional, em vez de procurar vantagens econômicas diretas. Assim, a promoção da geração de empregos, trabalho e desenvolvimento econômico emerge como um caminho essencial para alcançar a segurança e estabilidade no país caribenho (Atassio; Gonçalves, 2021).

Entretanto, Atassio e Gonçalves (2021) em suas análises das produções acadêmicas entre 2005-2017 sobre a participação do Brasil na MINUSTAH, destacam certas críticas a essa participação. Fontes citadas por Corrêa, particularmente no que se refere às críticas à MINUSTAH, basearam-se em relatórios de ONGs, principalmente organizações internacionais. Ao examinar a atuação da MINUSTAH, o autor não identificou avanços que justificassem afirmar que o Brasil, em suas operações no Haiti, tenha promovido uma mudança significativa na resolução de conflitos. De acordo com ele, a intensidade da força empregada nas operações de combate e de natureza policial permaneceu dentro dos limites do mandato da MINUSTAH ou foi além deles, resultando em acusações de violações dos direitos humanos por parte das forças de paz por organizações internacionais. Em outras palavras, embora o Brasil tenha cumprido uma parte dos objetivos delineados nas resoluções do CSNU para o Haiti, não se notou qualquer

avanço em relação aos paradigmas tradicionais de resolução de conflitos internacionais. O autor argumenta que o Brasil permaneceu no "universo da boa vontade e da oratória".

Na última década, reforçando essa imagem importuna do Haiti, ocorreu um terremoto de alta magnitude em janeiro de 2010, provocando mais de 200 mil mortes e fazendo com que cerca de 1.6 milhões de pessoas ficassem desabrigadas e precisassem se deslocar (Thomaz, 2013). A reação internacional que surgiu imediatamente após a catástrofe foi caracterizada por um forte espírito de solidariedade, como evidenciado pelas promessas de auxílio que totalizaram aproximadamente 10 bilhões de dólares em uma conferência de doadores coordenada pela ONU. No entanto, apesar dos discursos públicos e das ações voltadas para aliviar o sofrimento da população haitiana e contribuir para a reconstrução do país devastado, uma atitude menos generosa foi geralmente adotada em relação aos haitianos que buscaram refúgio e sobrevivência nas fronteiras internacionais. Isso fica evidente em dois casos notáveis, envolvendo os Estados Unidos e a França. No caso dos Estados Unidos, embora tenha sido o principal doador de assistência ao Haiti após o terremoto, o país não admitiu os migrantes forçados que chegaram ao seu território, argumentando que eles não se enquadravam na definição de refugiado estabelecida pela lei. No caso da França, também um grande doador, a postura foi semelhante, chegando até mesmo a fechar as fronteiras da Guiana Francesa, um dos seus departamentos ultramarinos na América Latina, para desencorajar o que era considerado um fluxo ilegal em direção às suas fronteiras europeias. Dessa forma, diante das dificuldades de acesso aos países do "Norte Global" e diante do sério surto de cólera que eclodiu dez meses após a catástrofe ambiental, muitos haitianos escolheram fugir das condições precárias em seu país de origem e se dirigir para nações da América do Sul, incluindo o Brasil.

A história do Haiti, marcada por sua luta por independência e a subsequente instabilidade política e econômica, lançou as bases para as dificuldades enfrentadas pelos haitianos na busca por abrigo em outros países. A independência do Haiti, embora um marco na luta contra a escravidão, não conseguiu proporcionar uma ruptura substancial com as estruturas sociais existentes, deixando a elite mulata no poder e a maioria da população em condições precárias. O envolvimento do Brasil no Haiti, notadamente através da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), destacou o compromisso brasileiro com a estabilidade internacional e a promoção de valores democráticos, mas também gerou controvérsias e críticas. A participação do Brasil na MINUSTAH, apesar de sua boa vontade e esforços, não se traduziu

em mudanças significativas na resolução de conflitos no país caribenho. O terremoto devastador de 2010 agravou ainda mais a situação no Haiti e gerou uma onda de solidariedade internacional, embora essa compaixão não tenha sido estendida a haitianos que buscaram refúgio em outros países, enfrentando desafios em sua busca por trabalho e sobrevivência. Assim, o contexto histórico e a atuação do Brasil no Haiti estabelecem uma condição importante para entender as dificuldades enfrentadas pelos haitianos no Brasil.

#### **4 - ANÁLISE DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO**

O mundo nunca presenciou um fluxo tão grande de deslocamentos migratórios como nas últimas décadas e por isso o tema se tornou tão essencial para os Estados e suas políticas, assim como para atores não governamentais. De acordo com dados oferecidos pelo Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para refugiados, cerca de 68,5 milhões de pessoas em todo o mundo já foram forçadas a deixarem suas casas, entre elas quase 25,4 milhões de refugiados e mais da metade com menos de 18 anos. Em menores proporções, o Brasil também tem sido alvo desses deslocamentos, com uma entrada de 117.745 estrangeiros em 2015, com aumento de 160% do número de imigrantes registrados em dez anos, de acordo com dados da Polícia Federal (Tonus, 2018). Dessa forma, os refugiados constituem parte significativa do mapa das imigrações para o Brasil, somando mais de vinte mil solicitações formais no país (Martin, 2018).

Visto isso, o Brasil é signatário dos principais tratados internacionais de direitos humanos, sobretudo da Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados junto de seu Protocolo de 1967, mas também em julho de 1997 quando o Brasil promulgou a lei de refúgio (nº 9.474/97), que abrange os principais meios regionais e internacionais sobre o tema (Tonus, 2018). No entanto, essa presença de novos fluxos migratórios para o Brasil acaba levantando questões sobre Direitos Humanos, como sua integração na sociedade, no mercado de trabalho por exemplo, preconceitos e o acesso à saúde digna.

Populações européias como portuguesas, espanhóis, italianos, alemães, ainda possuem grandes grupos representativos no Brasil, formando redes de conexões mais seguras e conseqüentemente com eficaz inserção social (Martin, 2018). Ademais, as elites brasileiras têm o histórico de encorajar imigrações europeias para “embranquecer” a população, quando se sentiram ameaçadas por uma grande população de descendentes de escravos afro-brasileiros, que

eram vistos como potencialmente desleais e impróprios para a cidadania em uma nação moderna (Schwartzman, 2021). E por esse motivo, também, esses imigrantes possuem maior aceitação, está estruturado desde as primeiras imigrações europeias para o Brasil. Porém, por outro lado, os imigrantes de origens não européias e/ou especialmente negros, recebem outro tipo de tratamento e aceitação, e por isso também demonstra “as fragilidades concernentes a processos migratórios de grupos sociais menos favorecidos economicamente ou deslocamentos humanos decorrentes de áreas de conflito e/ou transformações ambientais” (Martin, 2018, p. 29).

Dando continuidade, Pereira (2021), analisa majoritariamente imigrantes negros, como haitianos, congolese, nigerianos, angolanos, togoleses, camaroneses, guineenses, senegaleses e outros imigrantes africanos, que viviam em bairros mais pobres de São Paulo, como Guaianases e Itaquerá, na zona leste da cidade, ou mesmo nos cortiços ou nas ruas do centro. Esses grupos obviamente têm diferenciações internas, no entanto, os achados de sua pesquisa apontaram que o que aproximava esses grupos falava mais alto do que o que os distanciava, pois acabou sendo uma forma de exigir atenção do Estado brasileiro e dos serviços de assistência ao migrante para os problemas específicos. Suas demandas se baseavam no fato de que, como descobriram assim que chegaram ao Brasil, as populações negras e pardas eram mais propensas a serem excluídas e vulnerabilizadas devido à estrutura racista do Brasil, assim, para eles, a vulnerabilidade a que estavam sujeitos por não serem brancos em um país profundamente racista seria suficiente para justificar sua inclusão nessa categoria de refugiados e poder usufruir de seus benefícios. Pereira (2021), também demonstra que refugiados e trabalhadores dos serviços de migração enfatizam que alguns imigrantes descobrem que são negros quando chegam ao Brasil, enquanto outros, como os sírios, descobrem que são brancos quando chegam ao Brasil e isso acontece porque essas categorias raciais começam a se articular quando essas pessoas se deparam com a forma como o conceito de raça e racismo é definido no contexto de chegada, que, neste caso, é o contexto brasileiro, em uma sociedade excludente e segregadora. Alguns dos imigrantes não europeus, considerados majoritariamente brancos, como japoneses e refugiados sírios, são trazidos como exemplos disso, descobrem-se categorizados como brancos por sua consecução mais bem-sucedida de experiências migratórias no Brasil, em comparação com africanos e haitianos, portanto, são mais propensos a ter sucesso no Brasil devido aos mecanismos e estruturas racistas do país.

Os haitianos tiveram um grande fluxo migratório para o Brasil entre os anos de 2011 a 2014, e para o brasileiro era um fato novo que adquiria diferentes significados conforme o aumento dos fluxos durante os anos nas fronteiras brasileiras. Muitos dos imigrantes conseguiram financiar essa viagem para o Brasil através da família, como no caso dos haitianos, e com isso tem o compromisso de mandar dinheiro de volta para ajudar suas famílias, uma boa parte possuem filhos também, para manter no Brasil ou no país de origem. Por isso, a inserção no mercado de trabalho se torna essencial, porém, no caso brasileiro encontram-se dificuldades em “função dos baixos salários pagos a grande parte dos imigrantes e das variações cambiais com a frequente desvalorização da moeda local em face do dólar ou do euro, gerando preocupação aos imigrantes que não conseguem retribuir o apoio recebido pelos familiares” (Granada, 2017, p. 289), implicando muito na saúde mental dos haitianos e imigrantes que se encontram nessas situações. Mas não é somente isso, na pesquisa de Leão (2017) mostra relatos de insatisfação de trabalhadores haitianos no Mato Grosso, referentes a atrasos e até falta de pagamentos, salários baixos, também manifestações de sofrimento físico e psicossocial, como esforço intenso (devido a extensa jornada de trabalho) e insegurança na execução de atividades, além de intimidação, desrespeito e humilhação. Bem como, percebe-se que uma das atitudes dos imigrantes haitianos após sofrerem agressões no trabalho, para não perderem seu emprego, é calar-se perante essas atitudes, apesar dos haitianos ganharem menos e trabalharem mais horas que os brasileiros na mesma função (Almeida; Sant’ana, 2017, p. 2). Para Martin (2022), analisando a situação de saúde de trabalhadores haitianos em Cuiabá no Mato Grosso, descreve como uma precária condição social, laboral e econômica desse grupo de imigrantes na capital. Ademais, tanto em Leão (2017) como em Borges (2018) é identificada menor remuneração salarial para as mulheres haitianas, reforçando a maior vulnerabilidade das mulheres, ligada à divisão sexual do trabalho. Desse modo, é possível dizer que “a qualidade de vida associada às condições de trabalho dos imigrantes revela riscos laborais significativos, com repercussões na saúde e segurança no trabalho”(Granada, 2017, p. 290).

Adentrando na pesquisa de Leão (2017), entre os imigrantes entrevistados, 52,7% estavam empregados, e 26,5% informaram trabalhar mais de 48 horas por semana. Os dois principais setores de emprego para imigrantes haitianos em Cuiabá eram a construção civil e o setor de serviços, sendo notável que a maioria deles ocupava posições que não estavam de acordo com sua formação e profissões exercidas no Haiti. As principais preocupações

identificadas nesses dois setores eram riscos de natureza física (53,2% e 63,4%, respectivamente) e riscos de acidentes (23,4% e 17,1%, respectivamente). Foi notado que a maioria dos trabalhadores possuía um vínculo formal de emprego, porém uma proporção significativamente maior de mulheres tinha um contrato de trabalho temporário e carecia de experiência prévia na função (61,9%). No que diz respeito às funções desempenhadas, a maioria dos homens que estavam empregados ocupava cargos de ajudante de pedreiro (48,7%), enquanto mais da metade das mulheres (53,5%) trabalhava em serviços de limpeza. Nesse contexto, vários elementos emergiram em relação às dificuldades enfrentadas pelos imigrantes haitianos, incluindo desafios no relacionamento com empregadores e supervisores, desempenho de funções que não correspondiam à sua formação, e questões relacionadas à gestão e organização do trabalho. Notavelmente, muitos mencionaram a falta de reconhecimento e valorização por parte das empresas, algumas das quais eram descritas como "não gostando de estrangeiros". O tópico que se destacou foi a remuneração, com salários considerados "muito baixos", além de relatos de atrasos e até mesmo falta de pagamento. Outro conjunto de preocupações envolvia manifestações de sofrimento físico e psicossocial, incluindo dores nas costas, dores de cabeça, desconfortos abdominais e sensações de mal-estar generalizado, além de relatos de esforço excessivo, fadiga e insegurança na realização das atividades laborais. "Foram relatados igualmente intimidação, humilhação, desrespeito e saudade da família, conforme a expressão de um trabalhador imigrante: "todo momento fico pensando em minha família". (Leão, 2017, p. 5). Também na pesquisa de Gomes (2017), analisando haitianos em Florianópolis (SC), foi relatado as mesmas complexidades em relação a sua integração, que incluem desafios relacionados à barreira do idioma, saudade de suas origens, rupturas nas relações familiares, preconceito e práticas discriminatórias, exaustão devido à carga de trabalho intensa, dificuldade em estabelecer laços sociais significativos com brasileiros, hospitalidade de alguns brasileiros e a busca por uma melhoria nas condições de vida. Esses fatos evidenciam a condição social, psicológica, econômica e de emprego precária da população haitiana no Brasil.

Dito isso, a OMS expõe como prioritário para os imigrantes: o combate às vulnerabilidades, pobreza e discriminação, desigualdades sociais, fatores que influenciam a saúde e acesso aos determinantes de saúde (saneamento, alimentação, moradia, acesso à informação e aos serviços de saúde, entre outros). Dessa maneira, se faz necessário pensar sobre a posição social na qual o imigrante se encontra, mas principalmente como ele é visto na

sociedade, podendo ter diversos fatores que realmente tornam essa população mais vulnerável que as populações locais como: dificuldades comunicacionais, preconceito e discriminação, aceitação de postos de trabalhos pesados e pouco conhecidos socialmente, fracas redes sociais, processos de aculturação, habitação precária em regiões desfavorecidas sujeitas a catástrofes e violência, deficiência alimentar, assim por diante (Granada, 2017).

Partindo para uma análise feita por Almeida e Sant’ana (2017) com embasamento em matérias de jornais, estudando uma narrativa negativa posta por eles, frente aos imigrantes haitianos no Brasil. Onde, a partir dessas reportagens, observa-se a construção de um imaginário de que eles são “invasores” e “chegaram para tomar o emprego dos brasileiros”, com narrativas assistencialistas, retratando caráter de ajuda, auxílio e atendendo necessidades individuais, provocando esse tipo de discurso, dificultando sua aceitação, convivência e sociabilidade no Brasil. Vale ressaltar, que na internet as informações se disseminam de forma rápida para vários receptores, por isso deve ter atenção quando se trata de distorção ou da falta de informação sobre o acontecimento narrado, ocasionando com que a atitude do leitor e seus comentários tenham o mesmo teor e sejam reproduzidos com discursos negativos em relação aos imigrantes. Assim, foi identificado a intolerância de parte da população brasileira em aceitar a presença dos haitianos no país, praticando atos xenofóbicos e racistas, com a preocupação em proteger os empregos para os brasileiros. Contudo, ao tratar da violência sofrida pelos haitianos, Almeida e Sant’ana (2017, p. 13) salientam:

Com a ampliação da violência nas cidades, contra os imigrantes haitianos, por questões como xenofobia, racismo, entre outras, percebemos que ainda é difícil encontrar matérias e reportagens que relatam esses acontecimentos, fazendo, muitas vezes, com que esses atos de violência física não existam no contexto brasileiro. identificamos aqui, não só o discurso sobre a violência racista e xenofóbica que está presente na rotina dos imigrantes haitianos que residem no Brasil, mas também como esses casos se materializam nas reportagens, como também de que forma os jornais, procuram relatá-las.

Assim sendo, o racismo se apresenta aos imigrantes de diversas formas: pela assunção de vulnerabilidades e uma mentalidade e cultura pré-modernas; pela construção de uma extensa vitimização que engloba as identidades dessas pessoas; pela periferização e pelas más condições de moradia e de vida daqueles considerados inassimiláveis; pelas vagas de trabalho de baixa qualidade oferecidas a essas pessoas e pela inferência de que há grupos mais aptos para determinados tipos de trabalho, como haitianos e africanos, muitas vezes identificados como

mais aptos para o trabalho braçal; pelo contato com discursos políticos antirracistas formulados por ativistas negros brasileiros, que também lhes fornece instrumentos para qualificar sua experiência como preconceito racial e reagir a isso, entre muitas outras coisas. E todas essas condições de vida também são compartilhadas com as comunidades locais excluídas, como negros brasileiros, indígenas e trabalhadores de classe baixa: todos inassimiláveis sob essa perspectiva excludente (Pereira, 2021).

Nesse contexto, a análise sobre o Haiti e sua relação com o Brasil se torna crucial. O Haiti, como uma nação que enfrentou e resistiu à opressão colonial e racial, oferece lições importantes sobre as consequências da exploração racial e sobre a luta pela autodeterminação. A experiência dos haitianos no Brasil também destaca como essas questões se manifestam em contextos contemporâneos. A trajetória desses imigrantes revela a persistência das desigualdades estruturais associadas à divisão racial do trabalho, por exemplo. Confrontados com os desafios apresentados, os haitianos muitas vezes encontram-se em empregos precários e mal remunerados, expondo-se a riscos físicos e psicossociais. Essa vulnerabilidade é agravada pelo cenário de xenofobia e racismo que persiste em alguns setores da sociedade brasileira, frequentemente justificado sob o pretexto de proteger empregos para os brasileiros. A análise dessa realidade evidencia como a integração de imigrantes é complexa e frequentemente permeada por elementos discriminatórios que refletem uma divisão racial do trabalho enraizada. Assim, a situação dos haitianos no Brasil ilustra a necessidade de abordar questões de justiça social e igualdade racial para promover uma integração verdadeiramente inclusiva e justa de comunidades imigrantes, reforçando a importância de superar as barreiras que perpetuam as desigualdades raciais e sociais no país.

A história do racismo e da colonialidade moldou a estrutura de poder que ainda persiste, apesar do desaparecimento do colonialismo formal. Como Munanga (2003) e Quijano (2000) argumentam, o racismo e a divisão racial do trabalho estiveram intrinsecamente ligados à construção da ordem mundial moderna. Isso se manifesta nas desigualdades salariais, nas hierarquias sociais e nas estruturas de poder que ainda afetam as relações internacionais. Mesmo teorias dominantes em Relações Internacionais muitas vezes negligenciam o papel do racismo e da colonialidade. Portanto, é imperativo que a pesquisa e a educação em RI reconheçam e confrontem essa realidade.

Ao trazer o contexto brasileiro para essa análise, fica evidente que o Brasil, como ex-colônia fortemente influenciada pelas potências ocidentais, enfrenta desafios significativos na superação das questões raciais. A abolição tardia da escravidão e a persistência do racismo nas políticas e estruturas sociais destacam a necessidade de uma profunda reflexão sobre as questões raciais. Além disso, como aponta Acharya (2022), os governos que buscam promover a democracia como ferramenta de política externa também devem abordar as questões raciais em seu próprio país. É fundamental que a pesquisa sobre raça e racismo leve a discussões políticas e recomendações para criar novas normas e instituições capazes de lidar com conflitos e demandas por justiça e igualdade em uma ordem mundial em constante mudança. Ao enfrentar suas contradições raciais, o Brasil e outros países contribuem para uma compreensão mais profunda de como as questões raciais impactam as relações internacionais e a busca por um mundo mais inclusivo e igualitário no século XXI.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho abordou a complexa questão dos deslocamentos migratórios para o Brasil, com foco na análise das experiências de diferentes grupos étnicos, com ênfase na população haitiana e o mercado de trabalho enfrentado. A análise desse processo de integração revelou uma série de desafios enfrentados pelos imigrantes, especialmente aqueles de origem não europeia e, particularmente, os imigrantes negros. Ademais, é discutido que o Brasil é signatário de importantes tratados internacionais de direitos humanos relacionados a questões de refugiados, demonstrando um compromisso legal com a proteção dos direitos desses indivíduos. Porém, a realidade da integração dos imigrantes no Brasil revela complexidades e desigualdades significativas.

É percebido a existência de padrões históricos que influenciam a integração de imigrantes com base em sua origem étnica. Imigrantes europeus, devido a sua maior aceitação histórica e ao estabelecimento de redes de conexões, tendem a enfrentar uma integração mais eficaz. Por outro lado, imigrantes não europeus, particularmente os negros, frequentemente se deparam com preconceitos e discriminação, enfrentando dificuldades para se estabelecerem na sociedade brasileira. Além disso, o mercado de trabalho representa um desafio significativo para muitos imigrantes, com baixos salários, longas jornadas de trabalho e condições precárias. A discriminação racial e a exploração frequentemente desempenham um papel importante nesse

contexto.

A saúde mental dos imigrantes também é impactada negativamente por essas condições. Eles enfrentam desafios relacionados ao isolamento, à saudade de suas famílias e às pressões financeiras para sustentar tanto as famílias no Brasil quanto aquelas em seus países de origem. Para mais, a intolerância e a xenofobia por parte da população brasileira criam um ambiente de hostilidade para muitos imigrantes, tornando sua experiência no país ainda mais desafiadora.

Portanto, a análise apresentada neste trabalho destaca a importância de se considerar a questão migratória de forma abrangente, incluindo não apenas a integração econômica, mas também a integração social, psicológica e cultural dos imigrantes. É essencial que as políticas públicas sejam desenvolvidas e implementadas para enfrentar esses desafios e criar um ambiente mais inclusivo para os imigrantes no Brasil, identificando ainda, a importância de promover a conscientização sobre as contribuições dos imigrantes para a sociedade e combater a xenofobia.

Nesse sentido, este artigo serve como uma base para futuras pesquisas que podem aprofundar nossas compreensões e investigar como as políticas de integração de imigrantes podem ser aprimoradas, bem como as maneiras pelas quais a sociedade brasileira pode se tornar mais inclusiva. O conhecimento e a conscientização são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Dessa forma, concluímos que a integração de imigrantes no Brasil é um tema complexo que requer atenção e ação contínua por parte de governos, instituições e da sociedade como um todo, a fim de assegurar que todos os indivíduos tenham a oportunidade de construir uma vida melhor em um novo país, independentemente de sua origem étnica. A integração de imigrantes é um processo de construção de pontes e superação de barreiras. Este estudo, assim como outros que seguirão, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. Race and racism in the founding of the modern world order. **International Affairs**, v. 98, n. 1, p. 23-43, 2022.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos; SANT'ANA, Vitória Ayala. Violência Contra Haitianos e a Repercussão na Mídia Brasileira. *In*: INTERCOM - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 18. Caxias do Sul, 2017. **Anais** [...]. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-0128-1.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

ATASSIO, Aline; GONÇALVES, Israel Aparecido. Narrativas sobre a participação do Brasil na Minustah: uma análise das produções acadêmicas entre 2005-2017. **Revista Jurídica da UFRSA**, v. 5, n. 10, p. 107-127, 2021.

BORGES, Fabiano Tonaco *et al.* Socioeconomic and health profile of Haitian immigrants in a Brazilian Amazon State. **Journal of Immigrant and Minority Health**, v. 20, n. 6, p. 1373-1379, 2018.

GOMES, Marcela Andrade. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. 1-11, 2017.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 295-302, 2004.

GRANADA, Daniel *et al.* Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 61, p. 285-296, 2017.

LAKE, David A. Why “isms” are evil: Theory, epistemology, and academic sects as impediments to understanding and progress. **International Studies Quarterly**, v. 55, n. 2, p. 465-480, 2011.

LEÃO, L. H. D. C. *et al.* International migration, health, and work: an analysis of Haitians in Mato Grosso State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 7, p. 1-7, 2017.

MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 26-36, 2018.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. Haiti: uma história de instabilidade política. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE*, 20. 2010. **Anais** [...]. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/57798605/HAIT\\_-\\_UMA\\_HISTORIA\\_DE\\_INSTABILIDADE\\_POLITICA\\_-\\_Vanessa\\_Braga\\_Matijascic.pdf](https://www.academia.edu/download/57798605/HAIT_-_UMA_HISTORIA_DE_INSTABILIDADE_POLITICA_-_Vanessa_Braga_Matijascic.pdf). Acesso em: 6 nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO*, 3, 2003. **Anais** [...].

PEREIRA, Alexandre Branco. Refuge in Brazil: An Ethnographic Approach. **Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología**, v. 59, n. 1, p. 197-214, 2021.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South** 1.3, 2000.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. **Carta Internacional**, v. 12, n. 3, p. 77-103, 2017.

SCHWARTZMAN, Luisa Farah. Canadian multiculturalism and Brazilian racial democracy in two newspapers:(post-?) colonial entanglements of race, ethnicity, nationhood, and culture. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 16, n. 3, p. 259-282, 2021.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Primeiros Estudos**, v. 1, n. 4, p. 131-143, 2013.

TONUS, José Leonardo. Migrantes e refugiados: à (a) espera de uma narrativa?. **Letras de Hoje**, v. 53, n. 4, p. 476-483, 2018.